


BANCO DE QUESTÕES - PROVAS INCAB

NIVEL SUPERIOR


DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES

 Sobre o princípio da supremacia do interesse público, assinale a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Consta, com essa denominação (“princípio da supremacia do interesse público”), de texto expresso da Constituição de 1988.
- B) É um conceito jurídico determinado.
- C) Determina privilégios jurídicos e um patamar de superioridade do interesse público sobre o particular.
- D) É admitida a sua aplicação para satisfazer interesses ou conveniências do aparelho estatal.
- E) O instituto desapropriação não é uma das suas manifestações.

GABARITO: C

 Acerca da revogação e validade do ato administrativo, pode-se afirmar, corretamente, que a (o): (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) administração não pode anular seus próprios atos.
- B) Poder Judiciário pode revogar atos administrativos editados pela Poder Executivo.
- C) revogação é a extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos, sem que se precisem respeitar os efeitos produzidos anteriormente à revogação.
- D) convalidação é o ato administrativo por meio do qual se corrige a invalidade de um ato, com efeitos retroativos à edição do ato convalidado.
- E) anulação não exige processo administrativo ou contraditório prévio, mesmo quando tal anulação possa atingir interesse de um particular.

GABARITO: D

 Assinale a opção correta sobre autarquias. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) São entes administrativos autônomos, criados por ato específico do Chefe do Poder Executivo.
- B) É forma de descentralização administrativa, através da personalização de um serviço retirado da Administração centralizada.
- C) Possuem patrimônio próprio e não podem ser criadas por Municípios.
- D) Estão sujeitas a controle externo do Poder Legislativo e são pessoas jurídicas de direito privado.
- E) Estão sujeitas ao controle da entidade estatal a que pertencem e a elas devem ser outorgadas atividades econômicas.

GABARITO: B

☞ Um determinado município contratou uma prestadora de serviços para realizar uma determinada obra em escola pública. A contratação foi precedida de licitação. Porém, o contrato tinha vigência contratual de seis meses e, sem que houvesse culpa da sociedade contratada, a obra somente foi concluída após o fim prazo de vigência. Após a entrega da obra, a contratada cobrou a integralidade do preço contratado. Assinale a resposta correta sobre como a Administração deve proceder diante do fato narrado. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Os valores referentes à conclusão da obra, mesmo depois de expirado o prazo de vigência do contrato, deverão ser objeto de reconhecimento e pagamento integral pela Administração.
- B) O valor proporcional à parcela da obra realizada após a vigência do contrato administrativo é nula e, portanto, não deve ser paga.
- C) A contratação deve ser tida como nula e o administrador deve fazer uma perícia para indenizar a sociedade contratada pelos seus custos com a obra.
- D) O valor devido durante a vigência deve ser proporcionalmente pago; já a parte realizada após a vigência deve ser objeto de uma perícia para arbitramento do valor devido.
- E) Deve ser feito um aditivo contratual com data retroativa, para que se prorrogue o período de vigência do contrato.

GABARITO: A

☞ O município faz pregão em que apenas duas sociedades participam e apresentam ofertas para venda de um determinado bem. Ambas as ofertas são quase iguais ao valor máximo orçado pela Administração para a compra. A Administração entende que houve falta de competitividade e resolve, sem contraditório prévio, revogar a licitação. Tendo em vista o caso proposto, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A licitação deveria ser anulada, em razão do vício de falta de competitividade.
- B) O certame deve ser revogado por razão de interesse privado.
- C) Deve haver a revogação da licitação e, quando antecedente à homologação e à adjudicação, não enseja contraditório.
- D) Os licitantes que apresentaram propostas são titulares de uma expectativa de direito e gozam da garantia do contraditório.
- E) O contraditório antecedendo à revogação só é necessário quando há direito subjetivo do licitante envolvido, o que ocorre após a habilitação daquele que apresentou o melhor preço.

GABARITO: C

☞ Sobre licitações relacionadas a Organizações Sociais, pode-se afirmar corretamente que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Organizações Sociais podem participar de licitações realizadas pela Administração para contratação de entidade privada prestadora de serviços, desde que a atividade esteja prevista no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social.
- B) não há controle, pelo Ministério Público, da aplicação de verbas públicas pelas Organizações Sociais.

- C) a seleção de pessoal pelas Organizações Sociais que recebam recursos públicos deve ser precedida de concurso público ou licitação.
- D) os contratos a serem celebrados pela Organização Social com particulares, em havendo utilização de recursos públicos, devem ser precedidos de licitação.
- E) para receber recursos públicos, a Organização Social não podem ter representante do Poder Público no seu Conselho de Administração.

GABARITO: A

☑ Marque a alternativa que prevê uma hipótese de ato de improbidade administrativa punível apenas com perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Liberar recursos de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- B) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- C) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- D) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial público, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- E) Qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter indevidamente benefício financeiro ou tributário.

GABARITO: E

☑ Sobre Concessão de Serviço Público, é correto o que se afirma em: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Incumbe a concessionária a execução do serviço concedido, sem que haja a possibilidade de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes ao serviço concedido.
- B) A concessionária pode oferecer, como garantia de financiamento, parte da receita com as tarifas cobradas, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
- C) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.
- D) O contrato de concessão poderá prever o emprego arbitragem como mecanismo privado para resolução de disputas, a ser realizada em língua portuguesa ou em outro idioma.
- E) A concessionária não pode ser constituída como uma sociedade de propósito específico.

GABARITO: B

☑ A Lei nº 7.347/1985 institui a ação civil pública para a proteção ambiental. Sobre ela, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O pedido de condenação nessa ação deve basear-se em disposições de direito material da União que tipifique a infração ambiental.

- B) A legitimidade ativa do Ministério Público para essa ação decorre de norma constitucional.
- C) O fundo para reconstituição dos bens lesados, previsto na referida Lei nº 7.347/1985, não abrange os danos ao meio ambiente, por esse tipo de dano possuir legislação específica.
- D) Associações constituída há pelo menos 1 (um) ano têm legitimidade para essa ação, ainda que não tenham, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente.
- E) Órgãos dos Municípios não podem celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas responsáveis por atividades poluidoras.

GABARITO: B

Sobre as denominadas “empresas estatais”, assinale a alternativa que apresente uma afirmação correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista devem, em regra, ser precedidos de licitação, nos moldes da Lei nº 8.666/1993.
- B) A sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob qualquer forma societária, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à Administração.
- C) Entidades da Administração indireta podem ser titulares de participação acionária de uma sociedade de economia mista.
- D) As empresas públicas somente podem prestar serviços públicos ou atuar em regime de monopólio.
- E) A empresa pública e a sociedade de economia mista, por serem empresas privadas, não precisam ter função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional.

GABARITO: C

Acerca da possibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale, nas alternativas a seguir, a correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) Pode haver acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde, mesmo quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais.
- B) Pode haver acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde, independentemente da compatibilidade de horários.
- C) Pode haver acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde, desde que a jornada de trabalho seja inferior a 60 horas semanais.
- D) Não pode haver acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde.
- E) Pode haver acumulação remunerada apenas de empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde.

GABARITO: A

 Pode-se afirmar, corretamente, que uma diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista é a(o): (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) natureza jurídica da pessoa jurídica.
- B) regime de pessoal.
- C) composição do capital social.
- D) natureza do patrimônio.
- E) necessidade de realizar licitações.

GABARITO: C

 Assinale a opção que prevê o Instituto da Encampação. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) Retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- B) Declaração pelo poder concedente quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- C) Declaração pelo poder concedente quando a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- D) Retomada do serviço pelo poder concedente em razão da concessionária descumprir cláusulas contratuais, legais ou regulamentares concernentes à concessão.
- E) Declaração pelo poder concedente quando ocorre a falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

GABARITO: A

 Tendo em vista a Instrução Normativa nº 001/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata de convênios, marque dentre as alternativas a seguir, aquela que apresenta a consequência correta para o caso em que tenha havido prestação de contas irregular de responsabilidade de ex-prefeito, mas foram tomadas, pelo atual gestor público, providências para abertura da tomada de contas especial. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O Município fica impossibilitado de receber transferências voluntárias.
- B) O Município fica impossibilitado de receber transferências voluntárias e obrigatórias.
- C) O Município não pode ficar impossibilitado de receber transferências voluntárias.
- D) A suspensão da inadimplência do Município só pode ser suspensa por ato do Poder Judiciário.
- E) A suspensão da inadimplência do Município depende do resultado final da tomada de contas especial.

GABARITO: C

 Sobre os limites remuneratórios previstos na Constituição Federal, pode-se afirmar corretamente que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) são aplicados a toda a Administração Direta e Indireta.
- B) são aplicados a todas as autarquias e a todas as empresas públicas.
- C) são aplicados a todas as autarquias e a todas as empresas públicas sem autonomia para honrar suas despesas de custeio.
- D) não se aplicam aos procuradores estaduais ou municipais, em atenção ao princípio federativo.
- E) não se aplicam às pensões e às vantagens pessoais.

GABARITO: C

☑ Entre as alternativas a seguir, identifique a opção que preveja hipótese correta de responsabilidade civil da Administração. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A responsabilidade por danos nucleares depende de culpa.
- B) Uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público responderá por danos causados a terceiros independentemente de culpa.
- C) A Constituição adotou o princípio da responsabilidade civil subjetiva para as autarquias.
- D) A responsabilidade da Administração por omissão caracteriza-se por ser de natureza objetiva.
- E) A responsabilidade da transportadora concessionária de serviço público é subjetiva perante o transportado.

GABARITO: B

☑ Sobre Processo Administrativo Disciplinar, pode-se afirmar corretamente que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) em atenção ao princípio da legalidade, mesmo reconhecido o desvio de função, o servidor não faz jus às diferenças salariais decorrentes.
- B) a Lei nº 8.112/1990 trata do regime jurídico dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, bem como de suas autarquias e fundações públicas.
- C) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- D) não é permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- E) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

GABARITO: E

☑ Assinale a única alternativa correta sobre os bens públicos. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Bens dominicais podem ser alienados por meio de institutos privados.
- B) Bens de uso comum do povo destinam-se à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.
- C) A autorização de uso é ato discricionário, de ato precário, precedido de licitação e pode ser revogado a qualquer tempo.
- D) Os bens de uso especial e os dominicais não podem ser utilizados por particulares.

- E) A permissão de uso de bem público é dada em função de interesse particular, em caráter precário, dependendo, em regra, de licitação e gera um dever de utilização, sob pena de revogação.

GABARITO: A

☑ Sobre a Lei nº 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, marque a afirmação correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) As ações de improbidade podem ser propostas em até 5 anos após o conhecimento do fato pela Administração Pública.
- B) Os agentes políticos respondem por improbidade administrativa, independentemente da sujeição, ainda, aos crimes de responsabilidade tipificados em respectivas leis especiais.
- C) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação em ação de improbidade, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor.
- D) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade judiciária competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- E) A ação de improbidade será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar, sendo possível transação, acordo ou conciliação.

GABARITO: C

☑ Sobre os contratos administrativos, assinale a afirmação correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) As denominadas cláusulas desequilibradas, comuns em contratos administrativos, são prerrogativas da Administração, colocando-a em posição superior à outra parte.
- B) Os contratos administrativos são predominantemente regidos pelo direito público, sendo certo que se aplicam a eles, subsidiariamente, as normas e princípios de direito privado.
- C) A minuta do futuro contrato administrativo integrará, sempre que possível, o edital ou ato convocatório da licitação.
- D) Deverá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras pela Administração.
- E) Contratos administrativos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada uma vez, por igual período, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitadas a sessenta meses.

GABARITO: B

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

☑ **QUESTÕES**

☑ No que diz respeito ao Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O modelo brasileiro adotado sobre sistema de governo e de administração de tribunais foi o europeu-continental, em que as competências de fiscalização de magistrados são atribuídas a um órgão do Poder Executivo.
- B) O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências, pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- C) O papel fiscalizatório do Conselho Nacional de Justiça dirige-se ao Poder Judiciário como um todo.
- D) Compete ao Presidente da República, em função atípica, controlar a legalidade dos atos do Conselho Nacional de Justiça.
- E) O Conselho Nacional de Justiça não dispõe de atribuição institucional que lhe permita interferir na atividade jurisdicional dos magistrados e Tribunais.

GABARITO: E

☞ Presidente da República editou medida provisória para instituir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário. Não passados trinta dias, o Presidente da República editou outra medida provisória, declarando nula e sem efeito a medida provisória anterior. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

Sobre o fato hipotético narrado, assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento jurisprudencial e doutrinário.

- A) A CRFB/88 veda a edição de medida provisória referente à matéria em comento.
- B) O Poder Executivo, em sua função atípica, pode declarar nulo, por ilegalidade ou inconstitucionalidade, ato com força de lei.
- C) A nova medida provisória *ab-roga* a anterior, sendo certo que a revogação da medida provisória por outra medida provisória apenas suspende a eficácia da norma *ab-rogada*, que voltará a vigorar pelo tempo que lhe reste para apreciação, caso caduque, ou seja, rejeitada a medida provisória *ab-rogante*.
- D) A segunda medida provisória anula a eficácia da medida provisória anterior, com caráter *ex tunc*.
- E) Independentemente de a segunda medida provisória estar em vigor, o Congresso Nacional pode dar seguimento ao processo de conversão da primeira, em observância ao princípio da separação de poderes.

GABARITO: C

☞ Lei X, editada em 1968, inobservou o processo legislativo da Constituição de 1967. Até a promulgação da Carta Magna de 1988, a referida lei não foi submetida a qualquer controle de constitucionalidade. Com a Constituição de 1988, a lei passou a apresentar compatibilidade constitucional material. A Lei X: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) deve ser recepcionada pela CRFB/88, tendo em vista sua compatibilidade material com a nova ordem jurídica.
- B) não deve ser recepcionada pela CRFB/88, mesmo que com ela guarde plena compatibilidade material, pouco importando se está ou não, de acordo com o novo processo legislativo.
- C) deve ser recepcionada pela CRFB/88, caso a matéria tratada seja sobre direitos humanos, com base na presunção de validade das normas constitucionais.
- D) deve ser aprovada pelo Presidente do Congresso Nacional para produzir os seus efeitos junto a CRFB/88.

E) deve ser recepcionada pela CRFB/88 com base no princípio da recepção formal das constituições.

GABARITO: B

☺ O Município X resolveu fundir-se ao Município Y. Foram realizados os seguintes atos: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- I. publicação de lei ordinária estadual para regulação genérica do período da fusão;
- II. colheita, entre a população dos dois municípios, de abaixo-assinados favoráveis à fusão dos Municípios.

Nos termos da CRFB/88, assinale a opção correta.

- A) Os procedimentos adotados foram corretos, pois a Constituição explicitamente exige os mencionados atos para a fusão entre municípios.
- B) O procedimento adotado foi correto apenas em parte. De fato, há exigência de lei ordinária estadual para regulação do período de fusão, mas o abaixo-assinado não supre a exigência do plebiscito, conforme determinado em norma constitucional.
- C) O procedimento adotado foi totalmente inadequado. De fato, há exigência de lei ordinária estadual. Todavia, a regulação genérica do período de fusão deve se dar por lei complementar federal. Além disso, abaixo-assinados favoráveis não suprem a exigência de plebiscito.
- D) O procedimento adotado foi correto apenas em parte. De fato, há exigência de abaixo-assinados favoráveis, colhidos entre a população dos municípios afetados, mas a regulação do período de fusão se dá por lei ordinária municipal.
- E) O procedimento adotado foi inadequado. A exigência feita pela CRFB/88 é que seja realizado referendo entre a população dos municípios afetados, havendo exigência ainda de lei complementar estadual para regular o período de fusão entre municípios.

GABARITO: C

☺ A competência de legislar sobre mototáxi é: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) da União.
- B) dos Estados.
- C) dos Municípios.
- D) do Distrito Federal.
- E) de todos os entes federados concorrentemente.

GABARITO: A

☺ Quanto ao Poder Legislativo, assinale a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Não há impedimento para que as Constituições estaduais prevejam expressamente a possibilidade de propositura de emenda à Constituição por meio de iniciativa popular.
- B) A conversão de medida provisória em lei convalida os seus vícios, garantindo-se a segurança jurídica.
- C) O Presidente da Câmara de Deputados cumprirá os seguintes requisitos: ser brasileiro nato ou naturalizado; ser maior de 21 (vinte e um) anos; encontrar-se no

pleno exercício dos direitos políticos; ter alistamento eleitoral; ter domicílio eleitoral na circunscrição; e for filiado a partido político.

- D) O mandato dos senadores é de 8 (oito) anos, período correspondente a uma legislatura.
- E) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

GABARITO: A

☞ Suponhamos que a portaria X foi revogada pela lei Y. Em seguida, o STF declara a inconstitucionalidade da aludida lei, embora não saiba a existência da portaria X. No caso hipotético a portaria X: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) continuará revogada, tendo em vista o efeito vinculante da lei.
- B) continuará revogada, tendo em vista a exigência de previsão expressa no acórdão para a referida portaria tornar-se válida novamente.
- C) tornar-se-á válida, ressuscitando-lhe automaticamente a eficácia, tendo em vista o efeito repristinatório do controle abstrato de normas.
- D) tornar-se-á válida, caso seja submetida imediatamente ao crivo de constitucionalidade do STF.
- E) continuará revogada, tendo em vista o efeito prospectivo da declaração de inconstitucionalidade da lei.

GABARITO: C

☞ Sobre o poder constituinte, assinale a assertiva correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Aos processos informais de violação da Magna Carta, destruindo a “vida” dos preceptivos constitucionais, a doutrina denomina de mutação inconstitucional.
- B) O poder constituinte difuso é responsável pelas revisões e emendas no texto primitivo das cartas estaduais.
- C) O poder constituinte decorrente atualiza e completa a manifestação constituinte originária.
- D) O poder constituinte derivado reformador cria e modifica as constituições dos Estados-membros.
- E) Em regime ditatorial o titular do poder constituinte originário é o ditador, ao passo que em regime democrático o titular do poder constituinte originário é o povo.

GABARITO: A

☞ No que diz respeito aos direitos políticos, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Emendas constitucionais poderão ser submetidas a referendo.
- B) Plebiscito é uma confirmação de assunto já transformado em lei.
- C) O voto é obrigatório para maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 70 (setenta) anos de idade.
- D) O analfabeto não pode alistar-se (ter título de eleitor), bem como não pode ser eleito.
- E) O voto obrigatório é cláusula pétreia.

GABARITO: A

☑ Assinale a alternativa que contempla matéria regulada por decreto legislativo. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Ratificação dos tratados e convenções internacionais celebrados pelo Presidente da República.
- B) Despedida arbitrária e sem justa causa do trabalhador.
- C) Cooperação entre entidades federativas para o equilíbrio do desenvolvimento nacional.
- D) Imposto suplementar.
- E) Vinculação de recursos mínimos às ações e serviços de saúde.

GABARITO: A

☑ Acerca do Conselho Nacional de Justiça, assinale a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O Conselho Nacional de Justiça ocupa a estrutura constitucional do Executivo, vez que exerce função tipicamente administrativa.
- B) A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou o Conselho Nacional de Justiça como um órgão autônomo ao Poder Judiciário.
- C) Os conselheiros integrantes do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovadas as indicações de seus nomes pela maioria absoluta do Senado.
- D) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe, além de outras atribuições, exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral.
- E) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 4 (quatro) anos.

GABARITO: D

Sobre garantias constitucionais, assinale a assertiva correta, de acordo com o entendimento jurisprudencial e doutrinário. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O uso do mandado de segurança é o meio apropriado para contribuintes obterem informações suas em poder dos órgãos de arrecadação federal.
- B) Não é necessária a comprovação de prejuízo material aos cofres públicos como condição para a propositura de ação popular.
- C) O remédio constitucional adequado contra decisão monocrática de ministro da Corte Suprema é o *habeas corpus*.
- D) Cabe mandado de injunção para compelir a prática de ato administrativo.
- E) A ação popular pode ser usada para atacar atos jurisdicionais.

GABARITO: B

☑ Sobre o princípio da separação de poderes, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A teoria de Montesquieu, em sua feição pura (que apresenta os Poderes como estanques), não se amolda à realidade brasileira. Nesse sentido, é certo que, deve ser vista, no Brasil, pela ótica da relatividade.
- B) Peter Haberle classificou a separação de poderes em dois sentidos, a saber: sentido horizontal e sentido vertical. Entende-se pelo sentido horizontal a divisão das funções legislativa, executiva e judiciária entre os entes federados.
- C) No Brasil, há separação absoluta das funções legislativa, executiva e judiciária as quais se caracterizam por serem estanques entre si.
- D) Decisão judiciária que permite a perda de mandato eletivo por infidelidade partidária para cargos sujeitos ao sistema proporcional caracteriza exemplo de inobservância ao princípio da separação de poderes.
- E) O bicameralismo no Poder Legislativo é um exemplo de aplicação do sistema de freios e contrapesos.

GABARITO: A

A CRFB/88 garante, caso haja desequilíbrio e desestabilidade, instrumentos incumbidos em restaurar a normalidade institucional. Sobre esses mecanismos, assinale a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A decretação do estado de defesa pelo Presidente da República depende da autorização pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- B) A duração do estado de defesa é no máximo 60 (sessenta) dias.
- C) Quem decreta estado de sítio é o chefe do Poder Legislativo, através de portaria, após autorização do chefe do Poder Executivo.
- D) No estado de defesa excepcionalmente é permitida a incomunicabilidade do preso, até o término da instabilidade e desequilíbrio.
- E) A decretação de estado de sítio pelo Presidente da República não está sujeito ao controle jurisdicional e político, tendo em vista a excepcionalidade de crise.

GABARITO: B

 No que concerne às Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) As Comissões Parlamentares de Inquérito só podem ser criadas mediante requerimento de, no mínimo, 160 deputados federais e 27 senadores.
- B) A convocação em si de membro do Poder Judiciário para depor perante CPI caracteriza ofensa à separação dos Poderes.
- C) Os índios são obrigados a depor em Comissões Parlamentares de Inquérito, no dia e hora marcados, devendo responder a todas as perguntas que lhe forem formuladas, respeitado o direito ao silêncio.
- D) Caso o interrogado seja injustamente atingido em sua honra ou imagem, poderá pleitear judicialmente indenização por danos morais ou materiais.
- E) O poder investigatório pode ser exercido tanto pelas Comissões Parlamentares de Inquérito quanto por outras comissões do Poder Legislativo.

GABARITO: D

☺ Paulo Roubier, em monografia clássica, classificou a retroatividade da lei em três grandes graduações distintas: máxima, média e mínima. Assinale a opção correta, no que tange ao princípio da retroatividade. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Considera-se retroatividade mínima quando a lei nova alcança efeitos pendentes de atos jurídicos praticados antes de seu surgimento.
- B) Para a retroatividade máxima ocorrer é preciso existir preceito constitucional disciplinando-a.
- C) O princípio da retroatividade constitucional é um dos pilares do Estado de Direito Democrático, uma vez que almeja fomentar a harmonia e a paz coletiva.
- D) Entende-se por retroatividade média lei nova que atinge fatos passados aos quais surgiram depois de sua entrada em vigor.
- E) Em geral, as normas constitucionais do ordenamento jurídico brasileiro apresentam a retroatividade média, aplicando-se o instituto a fatos acontecidos a partir da data de promulgação da CRFB/88.

GABARITO: B

☺ Sobre o direito de petição, assinale a assertiva correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Pessoas físicas, Jurídicas, Nacionais, Estrangeiras, Sindicatos, Associações, Forças Armadas, como instituição, têm legitimidade ativa para fruição do direito de petição.
- B) Caso a petição seja endereçada à autoridade incompetente, configurará a nulidade desta, cumprindo a tal autoridade arquivá-la por inépcia.
- C) O direito de petição se confunde com o direito de ação, uma vez que tais procedimentos exigem necessidade de comprovação de gravame pessoal ou lesão a um bem juridicamente tutelado para instauração do procedimento.
- D) Deve ser postulado por meio de petição escrita, encaminhada à autoridade competente, sendo certo o não cabimento para exigir suspensão de processo judicial em trâmite.
- E) Serve de sucedâneo para propositura de ações penais, de sorte a concorrer com a competência constitucional do Ministério Público.

GABARITO: D

Suponha-se que determinada autoridade administrativa nega-se a fornecer certidão requerida por particular, que dela necessita para defender um direito seu. Nesse caso, o remédio constitucional cabível é: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Mandado de segurança.
- B) Mandado de injunção.
- C) *Habeas Data*.
- D) Ação civil pública.
- E) Ação popular.

GABARITO: A

☺ Sobre o processo legislativo, assinale a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O regime de previdência complementar será instituído por lei de iniciativa da Câmara dos Deputados.
- B) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- C) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de sessenta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- D) A promulgação das emendas à Constituição cabe às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- E) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples.

GABARITO: D

☞ A competência de legislar sobre idade mínima para conduzir veículo automotor é:

- A) da União.
- B) dos Estados.
- C) do Distrito Federal.
- D) dos Municípios.
- E) da União e dos Estados concorrentemente.

GABARITO: A

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

☞ QUESTÕES

☞ Em um contrato de prestação de serviços de limpeza, a empresa Brasil S.A, contratada pelo Município Pasto Azul, abandonou o contrato, não enviando mais seus funcionários para realização dos serviços. Nessa situação, como deverá proceder o contratante? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Nada poderá exigir o contratante.
- B) Não há fundamento jurídico para a exigência do cumprimento contratual.
- C) Somente poderá exigir perdas e danos.
- D) Deverá contratar imediatamente outra empresa, para que o serviço não seja interrompido e nada exigirá da empresa Brasil S.A.
- E) Poderá exigir o cumprimento do contrato, ou a sua resolução, e em qualquer das hipóteses, poderá acrescer pedido de perdas e danos.

GABARITO: E

☞ Sobre o pagamento feito a credor putativo, no adimplemento obrigacional, pode-se afirmar corretamente que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- F) é válido, desde que feito de boa-fé.
- G) não é válido, pois o real credor nada recebeu.
- H) é inexistente, por ausência de vontade.
- I) é anulável pois representa um vício da vontade.
- J) é nulo, por caracterizar uma ilicitude.

GABARITO: A

☺ No que concerne à classificação dos bens, pode-se afirmar corretamente que as (os): (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) benfeitorias necessárias, na categoria de bens principais, são indenizáveis.
- B) bens públicos de uso especial podem ser alienados.
- C) bens fungíveis não podem ser substituídos por outro da mesma espécie, quantidade e qualidade.
- D) energias de valor econômico são equiparadas pela lei aos bens móveis.
- E) frutos são acréscimos do principal, sem valor econômico.

GABARITO: D

☺ O motorista da ambulância do Município de Três Ourinhos trafegava pela via principal da cidade, quando para desviar de um cachorro que atravessou correndo a estrada, virou fortemente o volante, indo ao encontro de um muro de uma escola. O muro desabou, ferindo duas professoras e um aluno adolescente. O dono do cachorro não foi encontrado. Em análise à responsabilidade civil, indique a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Não haverá responsabilidade do Município, tendo em vista tratar-se de um caso fortuito.
- B) O Município de Três Ourinhos deverá indenizar as professoras e o aluno, pelos danos que lhe foram causados, em cumprimento à responsabilidade objetiva do Estado.
- C) O fato não representa um ilícito civil e portanto não há dever de indenizar.
- D) O Município será chamado a responder civilmente, se ficar provada a culpa ou o dolo do motorista.
- E) Não há responsabilidade civil no caso em análise, pois caracteriza uma hipótese de força maior.

GABARITO: B

☺ José Batista ocupou juntamente com sua família, um terreno urbano de 200 metros quadrados, por 4 anos e 6 meses. Construiu, no local, uma casa em que residia com sua esposa Maria de Lourdes e seus filhos menores, o mais velho com 10 anos e o mais novo com 6 anos. Ocorre que José Batista faleceu em 2015. Em 2018, Maria de Lourdes quer ingressar com ação de usucapião. Diante do caso, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Maria de Lourdes não terá direito a usucapião, pois o direito era exclusivamente de seu falecido marido José.
- B) por não ter cumprido com os requisitos legais, não poderá adquirir por usucapião.
- C) a usucapião é aquisição derivada da propriedade, portanto Maria de Lourdes terá direito à propriedade.
- D) Maria de Lourdes poderá pleitear a aquisição de propriedade por usucapião, pois exercia juntamente com seu falecido marido a posse sobre o bem e reunia os requisitos legais necessários.
- E) a viúva de José terá que deixar o imóvel juntamente com seus filhos e buscar outra moradia jurisdicional.

GABARITO: B

☺ Após a propositura de uma ação de indenização em face do Município de Ouro Azul, um cidadão da referida cidade, resolve renunciar o seu direito e apresenta uma petição nesse sentido. Diante do fato: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) o juiz deverá julgar extinto o processo sem resolução do mérito.
- B) o magistrado não decidirá sobre o pedido, pois o processo está pronto para sentença.
- C) deverá o juiz extinguir o processo com resolução do mérito.
- D) processo contra ente público não pode ser renunciado.
- E) o magistrado determinará o arquivamento do processo.

GABARITO: C

☺ O sistema recursal brasileiro admite o reexame das decisões por órgãos de instâncias superiores. Os princípios regentes dos recursos são: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) a taxatividade, o duplo grau de jurisdição, infungibilidade, o contraditório, a singularidade e a garantia da *reformatio in pejus*.
- B) duplo grau de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a fungibilidade e a proibição da *reformatio in pejus*.
- C) a fungibilidade, a ausência de taxatividade, a singularidade, o duplo grau necessário de jurisdição e a garantia da *reformatio in pejus*.
- D) contraditório, a ampla defesa, a infungibilidade, o duplo grau de jurisdição e a taxatividade.
- E) a ausência de taxatividade, o duplo grau necessário de jurisdição e a fungibilidade.

GABARITO: B

☺ Antônio foi citado para responder a uma ação proposta por seu antigo sócio, Maurício. Indignado, e com uma cópia da petição inicial, ele procura um(a) advogado (a) informando que, na verdade, o autor não tem qualquer razão, sendo certo ainda que, com fundamento conexo ao da ação proposta por Maurício, teria interesse em formular pretensão contra ele. Qual(is) medida(s) processual(is) mostra(m)-se mais adequada(s), de acordo com o fato narrado? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Na mesma petição de defesa (contestação), Antônio deverá deduzir sua pretensão, em forma de reconvenção, formulando pedido(s) contra Maurício.
- B) Tendo em vista os fatos alegados por Maurício, o correto seria propor uma reconvenção, no mesmo prazo para apresentar a contestação, porém em petição autônoma, ou seja, uma petição com a contestação e outra como reconvenção, no mesmo processo e dentro do prazo legal.
- C) Antônio deverá propor nova ação judicial, totalmente independente da ação proposta por Maurício, pois, apesar de conexos os fundamentos, não existe possibilidade legal para apreciação das pretensões do autor e do réu nos mesmos autos.
- D) Antônio deve aguardar o julgamento da ação proposta por Maurício, para após o trânsito em julgado, apresentar sua ação autônoma.
- E) Não poderá Antônio formular pedido conexo, pois contraria o princípio da celeridade processual.

GABARITO: A

☒ Após a decisão em sentença definitiva, é possível ser formulado pedido de cumprimento provisório de sentença. Nessa hipótese, pode-se afirmar corretamente que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) a impugnação apresentada em sede de cumprimento definitivo de sentença em nenhuma hipótese, terá efeito suspensivo.
- B) nas hipóteses em que houver recurso com efeito suspensivo interposto contra sentença, é possível promover a execução provisória do julgado.
- C) se após iniciada a execução provisória for dado provimento ao recurso do executado, não há necessidade de restituir-se as partes ao estado anterior, ficando o exequente isento de reparar os prejuízos suportados pelo executado.
- D) o executado poderá apresentar impugnação alegando excesso de execução.
- E) o executado deverá cumprir toda a sentença, sem que o exequente apresente qualquer garantia.

GABARITO: D

☒ Em que hipótese, apresentada a seguir, poderá ser admitida a produção antecipada de provas? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Na hipótese que puder ser produzida em qualquer momento do processo.
- B) Na hipótese de data anterior ao início do recesso do judiciário.
- C) Sempre que uma das partes requeira, ainda que não seja imprescindível, o conhecimento prévio.
- D) Apenas na hipótese da outra parte interessada concordar com sua produção antecipada.
- E) Quando a realização antecipada de determinada prova puder viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução do conflito.

GABARITO: E

☒ André tem 16 anos de idade e é órfão, tendo como tutor seu tio Marcos. André manifestou a vontade de ser emancipado, para poder exercer diretamente todos os atos da vida civil, com o que concorda seu tutor. Diante do fato, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A emancipação poderá ser requerida diretamente no cartório de Registro Civil onde está registrado o nascimento de André.
- B) A emancipação somente poderá ser requerida quando André completar 17 anos.
- C) A emancipação deverá ser requerida judicialmente, ouvido o tutor.
- D) Não é possível a emancipação na hipótese de menor órfão.
- E) André poderá postular diretamente no cartório de registro de seu nascimento.

GABARITO: C

☒ José recebeu de Pedro como pagamento de uma dívida, uma nota promissória no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Decide transferir o referido valor a sua irmã Denise, que se encontra em situação financeira fragilizada. Que instrumento jurídico obrigacional poderá ser utilizado? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Assunção de dívida
- B) Cessão de crédito
- C) Cessão de débito
- D) Cessão de contrato
- E) Transmissão de obrigação

GABARITO: B

☺ Mateus vive com sua família há 5 anos em uma casa no Município de Sertãozinho, onde cultiva uma plantação de cebolas. A casa possui 300 metros quadrados e está localizada em perímetro urbano. Diante das informações, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Mateus poderá requerer usucapião constitucional, pois atende aos requisitos legais.
- B) A usucapião, como aquisição derivada da propriedade, poderá ser adquirida por transferência do proprietário.
- C) Mateus não poderá requerer a usucapião, pois trata-se de imóvel no perímetro urbano.
- D) Mateus não cumpriu os requisitos legais, não sendo possível o pedido de reconhecimento da propriedade por usucapião.
- E) Na hipótese de morte de Mateus, sua família terá que desocupar imediatamente o imóvel.

GABARITO: D

☺ Sobre os institutos dos vícios redibitórios e da evicção, indique a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Os vícios redibitórios não podem ser alegados nos contratos gratuitos.
- B) A evicção somente poderá incidir sobre a totalidade do bem, e não de forma parcial.
- C) A responsabilidade pela ocorrência da evicção não poderá ser afastada por vontade das partes.
- D) Os animais não podem ser reconhecidos como objetos de um pedido de reconhecimento de vícios redibitórios.
- E) A evicção é o reconhecimento extrajudicial da titularidade do bem ao evictor.

GABARITO: A

☺ Marcelo, embora tivesse um plano de saúde privado, foi atendido na emergência de um hospital municipal, pois foi socorrido pelo SAMU, mas veio a falecer. Seus familiares alegam e, de fato demonstram, que houve demora no atendimento de Marcelo e que, por isso, eles deveriam ser indenizados pelo Município. Diante do fato, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Não está caracterizado um ato ilícito.
- B) A família não poderá pleitear indenização do Município, pois Marcelo tinha plano de saúde.
- C) Poderá requerer indenização por danos materiais apenas.
- D) A família de Marcelo poderá exigir indenização por danos morais e materiais.

E) A responsabilidade civil deve recair sobre a equipe médica que estava de plantão, e não sobre o Município.

GABARITO: D

A apresentação de provas em juízo constitui-se em um direito das partes, com vistas a influir eficazmente na convicção do magistrado na formação da sua decisão. Sobre o tema, indique a opção correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Não é possível a produção antecipada de provas, pois se constitui em violação ao princípio do contraditório.
- B) O juiz terá que ouvir a prova testemunhal, ainda que já exista documento provando os fatos.
- C) Uma vez designado o perito para elaboração da prova pericial, não poderá haver substituição.
- D) Não é admitida a utilização de prova emprestada no processo civil.
- E) Não dependem de prova os fatos afirmados por uma das partes e confessados pela outra.

GABARITO: E

A audiência de instrução e julgamento é momento processual essencial em pedidos que demandem a oitiva de testemunhas e depoimento pessoal das partes. Em que situação legal, poderá ser adiada? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Quando uma das partes não comparecer, sem justa causa.
- B) Quando o advogado do réu substabelecer para outro.
- C) Por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.
- D) Quando a audiência envolver direitos pessoais.
- E) Quando apenas duas testemunhas compareceram.

GABARITO: C

Qual deve ser o recurso interposto na hipótese de indeferimento da petição inicial sob o fundamento da inépcia? (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Apelação, sendo possível a retratação do juiz da decisão que indeferiu a petição inicial, no prazo de cinco dias.
- B) Embargos de declaração, para que o juiz esclareça que item da petição está em desacordo com a conexão alegada.
- C) Agravo de instrumento diretamente ao Tribunal de Justiça, por tratar-se de uma decisão interlocutória.
- D) Apelação, sendo os autos remetidos imediatamente ao Tribunal de Justiça para julgamento.
- E) Agravo interno, que será julgado pelo relator do recurso.

GABARITO: A

Mário vendeu seu carro para Cristina, mas não cumpriu com a obrigação. De posse do contrato de compra e venda, com quitação integral do preço, Cristina ingressou com


uma execução para entrega de coisa certa, através de título executivo extrajudicial. Diante do fato, assinale a opção correta.

- A) O juiz não poderá impor multa ao executado, por tratar-se de execução para entrega de coisa, fundada em título extrajudicial.
- B) Mário será citado para satisfazer a obrigação em 15 dias.
- C) Cristina terá que ingressar com uma ação monitória, para transformar seu título extrajudicial em judicial, para que possa executar o julgado.
- D) Na ação de execução, não poderá Cristina agregar pedido de perdas e danos.
- E) Mário não está obrigado a entregar o objeto vendido, se Cristina não provou que tentou buscar o objeto antes do ajuizamento da ação.

GABARITO: B


DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

QUESTÕES

 Na hipótese de determinado órgão governamental ceder empregado público celetista a outro órgão governamental, mantida a obrigação de pagamento de salário do empregado cedido pelo órgão cedente, observado que o empregado cedido permanece realizando funções idênticas às realizadas anteriormente e concomitantemente com seu colega de trabalho que permaneceu trabalhando no órgão cedente, marque a alternativa correta, à luz do entendimento consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) Considerando que o trabalho passará a ser desenvolvido em empregadores diferentes, cessa a obrigação de equiparação salarial entre os empregados do órgão cedente.
- B) A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
- C) Considerando a impossibilidade de cessão de empregados públicos, o ônus remuneratório passa ao órgão cedido, razão pela qual os empregados prestarão serviços a empregadores distintos e, portanto, fica afastada a obrigatoriedade de identidade salarial.
- D) Tratando-se de cessão de empregados entre órgãos governamentais, independentemente da responsabilidade pelo pagamento dos salários dos empregados, permanece a obrigação de equiparação salarial, desde que cumpridos os requisitos legais para tanto.
- E) A cessão de empregados públicos equivale à prestação de novo concurso público, o que torna originária a contratação, afastando a exigência da equiparação salarial.

GABARITO: B

 Pedro e João trabalharam durante dois anos como empregados para determinado empregador. Pedro pediu demissão e cumpriu aviso prévio de 30 dias concedido ao empregador. Já João foi dispensado e teve o aviso prévio indenizado. Diante disso, com base na legislação trabalhista em vigor e acerca do pagamento das verbas rescisórias de ambos, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)


- A) O pagamento das verbas rescisórias de Pedro e João deverá ocorrer em até 10 dias contados a partir do término do contrato.
- B) O pagamento das verbas rescisórias de Pedro deverá ocorrer até o primeiro dia imediato ao término do contrato; e o pagamento das verbas rescisórias de João até 10 dias contados da notificação da demissão.
- C) O pagamento das verbas rescisórias de Pedro deverá ocorrer até o primeiro dia imediato ao término do contrato; e o pagamento das verbas rescisórias de João até 10 dias contados do término da projeção do período de aviso prévio no contrato de trabalho.
- D) O pagamento das verbas rescisórias de Pedro e João deverá ocorrer no primeiro dia imediato ao término dos respectivos contratos de trabalho.
- E) O pagamento das verbas rescisórias de Pedro deverá ocorrer no primeiro dia após o término do aviso prévio; já no caso de João, caso fosse a hipótese de aviso prévio trabalhado, o pagamento ocorreria no primeiro dia após o término do aviso.

GABARITO: A

 Determinado município firmou contrato de prestação de serviços com uma empresa de reparação de serviços telefônicos. Tal empresa possuía frota própria de veículos e motoristas, além dos profissionais do ramo de atividade fim. Nesse contexto, na qualidade de fiscal do contrato de prestação de serviços, marque a alternativa correta que representa o que deve ser implementado pela empresa contratada. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Independentemente das partes acordantes ou convenientes em sede de norma coletiva, os direitos da categoria diferenciada dos motoristas deverá ser respeitado pela empregadora, ainda que empresa de telefonia.
- B) Na forma da legislação trabalhista em vigor, o enquadramento sindical do empregado segue a atividade fim do empregador, de modo que a norma coletiva regente do contrato dos motoristas com a empresa de telefonia prestadora dos serviços é a da categoria econômica.
- C) Independentemente do fato de tratar-se de empresa de telefonia, a norma coletiva a ser observada para os motoristas é a da categoria própria destes, por constituir categoria profissional diferenciada, desde que a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria quando da norma coletiva da categoria profissional diferenciada.
- D) As condições previstas em convenção coletiva prevalecem sobre as estipuladas em acordo coletivo.
- E) As partes empregadora e empregado, querendo, poderão estipular em contrato individual de trabalho disposições contrárias às estipuladas em acordo coletivo em que sejam partes acordantes a empresa e a categoria profissional diferenciada.

GABARITO: C

 Nos termos do entendimento jurisprudencial consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho, assim como decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal, acerca dos recolhimentos previdenciários e fiscais na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) é do empregado a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultantes de crédito deste oriundo de condenação judicial, devendo haver a dedução dos respectivos valores recebidos pelo empregado.

- B) compete à Justiça do Trabalho a execução das contribuições previdenciárias não efetuadas pelo empregador ao longo do contrato de trabalho do empregado.
- C) mesmo nas ações em que há pedido de reconhecimento de vínculo de emprego por todo o período de prestação de serviços, em caso de procedência do pedido, a Justiça do Trabalho é incompetente para a execução das contribuições previdenciárias e fiscais advindas da relação de emprego reconhecida judicialmente.
- D) a Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.
- E) sendo do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais resultantes de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, o empregado fica eximido de responsabilidade pelos pagamentos de imposto de renda e contribuições previdenciárias correspondentes à sua quota-parte das verbas remuneratórias, pois o inadimplemento destas se deu por ato do empregador.

GABARITO: D

☞ Observados os termos da lei trabalhista em vigor, assinale a alternativa que contempla a possibilidade de descontos no salário do empregado. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) É vedado ao empregador efetuar descontos no salário do empregado, salvo nos casos de adiantamento salarial, caso em que ocorre dedução e não efetivo desconto.
- B) Nos casos de dano causado pelo empregado, o desconto salarial será lícito, independente de previsão contratual, nos casos de dolo ou culpa do empregado.
- C) É lícito o desconto no salário do empregado em casos de dolo ou culpa desde que tal previsão tenha sido expressamente acordada pelas partes contratantes.
- D) O empregador que mantém armazém para venda de mercadorias aos empregados poderá estimulá-los a utilizarem tais serviços de modo a descontar os gastos efetuados quando do pagamento do salário.
- E) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que essa possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

GABARITO: E

☞ À luz da legislação trabalhista em vigor, marque a alternativa que contempla a legalidade de meio alternativo de solução de conflito na Justiça do Trabalho. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Arbitragem, quando pactuada cláusula compromissória, mediante iniciativa ou concordância do empregado, cuja remuneração for superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
- B) Arbitragem, desde que o empregado perceba remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
- C) Homologação de acordo extrajudicial admitindo-se o *jus postulandi* das partes (que estejam desacompanhadas de advogado).
- D) Homologação de acordo extrajudicial, em petição conjunta, sendo obrigatória a representação por advogado para o empregado, podendo a empresa fazer uso do *jus postulandi*.

- E) Arbitragem, desde que o empregado possua curso superior, receba remuneração superior ao dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, podendo ser admitido por acordo tácito pelo empregado.

GABARITO: A

☑ Determinado Município contratou a empresa Alfa Obras Ltda. para reformar dois hospitais municipais. Ao término do contrato de um funcionário a empresa inadimpliu a obrigação de pagamento das verbas rescisórias deste. Em vista disso o empregado demandou perante a Justiça do Trabalho em face da empresa empregadora e do Município. O montante vindicado pela parte autora correspondia a R\$ 25.000,00. Diante disso, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) A ação tramitará pelo procedimento sumaríssimo, pois, o valor da causa é inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.
- B) A ação tramitará pelo procedimento sumaríssimo, pois, o valor da causa é inferior a 40 (quarenta) salários mínimos e a responsabilidade do Município, em caso de condenação, será subsidiária.
- C) A ação tramitará sob o procedimento ordinário, pois, em que pese o valor, há ente público da administração direta no polo passivo e a responsabilidade do Município será de natureza solidária.
- D) A ação tramitará sob o procedimento ordinário, pois, em que pese o valor, há ente público da administração direta no polo passivo; podendo não caber responsabilização do Município por este ser o dono da obra, na forma do entendimento jurisprudencial consolidado do Tribunal Superior do Trabalho.
- E) Caberá ao autor da ação optar pela tramitação pelo procedimento ordinário ou sumaríssimo.

GABARITO: D

☑ Em sede de liquidação de sentença trabalhista, a conta foi elaborada e tornada líquida. Nesse caso, observando a legislação trabalhista em vigor, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) As partes terão prazo comum de 08 (oito) dias para impugnar a conta, sob pena de preclusão.
- B) Será facultado às partes impugnarem a conta de liquidação, sendo que, não o fazendo, poderão fazê-lo em sede de embargos à execução ou impugnação de credor.
- C) A oportunidade para impugnação da conta dá-se no prazo comum de oito dias para as partes, uma vez que, em sede de embargos à execução ou impugnação de credor, a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
- D) As partes poderão impugnar a conta a qualquer tempo da execução, inclusive interpondo agravo de petição.
- E) A legislação trabalhista em vigor admite expressamente o cabimento da exceção de pré-executividade para impugnar a conta de liquidação.

GABARITO: A

☑ Um empregado de uma empresa de fornecimento de alimentação hospitalar trabalhou ao longo de todo o contrato no mesmo hospital municipal. Contudo, após a

dispensa imotivada, o empregado mudou-se para sua terra natal, em outro Estado da Federação. Como entendia fazer jus a direitos trabalhistas, ajuizou uma ação em face do empregador e do Município, porém, esta foi distribuída no Município de residência atual do ex-empregado, que fica a mais de 2.000 (dois mil) quilômetros de distância do local da prestação de serviços. Diante disso e considerando a legislação trabalhista em vigor e o entendimento jurisprudencial consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O procurador do Município réu deverá comparecer à audiência para apresentar exceção de incompetência territorial na própria audiência.
- B) Em caso de decisão que acolhe exceção de incompetência territorial remetendo o processo para Estado da Federação diverso, tratando-se de decisão interlocutória, não caberá recurso.
- C) Os réus poderão apresentar exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, o que implicará na suspensão do processo sem que seja realizada a audiência até decisão da exceção.
- D) Entendendo o juiz por instruir a exceção de incompetência, será necessária a realização da audiência com a presença das partes e procuradores no juízo no qual a demanda foi ajuizada.
- E) Não cabe instrução por testemunhas, ainda que por precatória, para a exceção de incompetência territorial.

GABARITO: C

☺ Em sede de ação trabalhista ajuizada em 10/05/2018, o pedido da parte autora relativo a contrato de trabalho havido entre 30/11/2017 a 02/05/2018 foi julgado parcialmente procedente. Nesse caso, observando a legislação trabalhista em vigor, marque a alternativa correta acerca da possibilidade de fixação de honorários advocatícios. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- F) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente estar assistida por sindicato da categoria profissional; comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- G) Serão devidos honorários de sucumbência fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor apurado em liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, sendo certo que haverá honorários sucumbenciais recíprocos na hipótese, vedada a compensação entre tais honorários.
- H) Fixados honorários sucumbenciais recíprocos, as partes e advogados poderão compensá-los de modo a se pagar apenas a diferença àquele que faz jus ao percentual mais elevado.
- I) As causas em que figura a Fazenda Pública não comportam condenação em honorários advocatícios sucumbenciais.
- J) Considerando que a reconvenção constitui espécie de pedido contraposto da defesa, não cabe a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais na reconvenção.

GABARITO: B

☞ Acerca das disposições sobre o contrato individual de trabalho, assinale a opção correta, considerando a legislação trabalhista em vigor. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O contrato individual de trabalho é o acordo escrito e expresso correspondente à relação de emprego, o qual não é substituível pela Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- B) Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.
- C) Ainda que cumpridas as formalidades legais, a contratação de autônomo com prestação de serviços exclusiva, de forma contínua ou não, implicará no reconhecimento da relação empregatícia, por força do requisito da exclusividade.
- D) Fica facultado às partes, quando os requisitos assim exigirem, estipular livremente o período de duração do contrato individual de trabalho por prazo determinado, sendo certo que o prazo máximo de estipulação será de quatro anos, autorizada ainda uma renovação por igual período.
- E) O contrato por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez implicará na extinção do último contrato, considerando-se que houve dispensa por iniciativa do empregador.

GABARITO: B

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, acerca dos conceitos de empregador e grupo econômico, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) a configuração de grupo econômico depende da demonstração do interesse integrado, da efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- B) a configuração de grupo econômico se dá com a demonstração de identidade de sócios entre as empresas integrantes do grupo.
- C) a responsabilidade das empresas integrantes de grupo econômico em eventual ação trabalhista é de natureza subsidiária.
- D) para caracterização do grupo econômico é necessário que as empresas dele integrantes possuam a mesma personalidade jurídica e estejam sob comando único administrativo, econômico e financeiro.
- E) consiste requisito para caracterização como empregador o fato de a empresa estar constituída de forma coletiva, pois a figura do empregador individual dá-se apenas nos casos de empregados domésticos.


GABARITO: A

☞ Sobre o conceito de empregado na legislação trabalhista em vigor, bem como as espécies de emprego e trabalho, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) são requisitos da relação de emprego a pessoalidade, a não eventualidade, a onerosidade, a subordinação e a exclusividade.


- B) em virtude de adventos tecnológicos, como a possibilidade de teletrabalho, por exemplo, atualmente pode haver distinção relativa às espécies de emprego e à condição do trabalhador, bem como entre trabalhos intelectuais, técnicos e manuais.
- C) são requisitos da relação de emprego a pessoalidade, a não eventualidade, a onerosidade, a subordinação, não havendo distinção entre trabalho intelectual, técnico e manual.
- D) em virtude do requisito da não eventualidade, contratos temporários e contratos intermitentes constituem relação de trabalho, mas não vínculo empregatício.
- E) a caracterização do empregado externo afasta a exigência do requisito da subordinação jurídica, em vista da impossibilidade de exercício do poder fiscalizatório do empregador.

GABARITO: C

 Acerca dos servidores públicos, compreendidos neste conceito estatutários e celetistas, estes últimos chamados de empregados públicos, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Atualmente não mais vigora o regime jurídico único para o serviço público, razão pela qual determinado Município poderá ter em seus quadros servidores estatutários e celetistas (empregados públicos) exercendo a mesma função.
- B) Por não mais vigorar o regime jurídico único para o serviço público, determinado Município poderá ter em seus quadros servidores estatutários e celetistas (empregados públicos) desde que exerçam funções distintas.
- C) O regime jurídico único do serviço público alcança a administração direta, autárquica, fundacional e administração indireta, compreendida por empresas públicas e sociedades de economia mista, razão pela qual os servidores dessas instituições são regidos de forma estatutária.
- D) Os servidores públicos da União Federal, Estados e Municípios são regidos pelo regime estatutário. Já os servidores das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, em que pese exigência de concurso público para ingresso no cargo.
- E) O regime estatutário é aplicável aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional pública. Já para empregados em sociedades de economia mista e empresas públicas, o regime jurídico será o da Consolidação das Leis do Trabalho, por se tratar de empregados públicos.


GABARITO: E

 Paulo prestou serviços em um hospital municipal como técnico de enfermagem por intermédio da empresa Organização Saúde Sempre, a qual teve contrato com o Município respectivo. Tanto a prestação de serviços do empregado como a duração do contrato entre a empresa e o Município se deram no período de 05/02/2015 a 30/10/2016. O empregado ajuizou ação trabalhista em fevereiro de 2017 em face da empregadora e do Município porque não recebeu as verbas rescisórias. Partindo da premissa de que a ação seria julgada cinco meses após o ajuizamento, observando o entendimento jurisprudencial consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Havendo contrato entre o Município tomador dos serviços e a empresa empregadora, o inadimplemento das obrigações trabalhistas implicará na responsabilidade subsidiária do Município tomador independentemente da comprovação de fiscalização do contrato.


- B) A responsabilidade do tomador dos serviços, na hipótese, é solidária, pois em se tratando de serviço público essencial (saúde), a modalidade de terceirização é ilícita.
- C) O ente de direito público, no caso Município, não responde subsidiariamente na hipótese do enunciado, independentemente da fiscalização ou não do contrato.
- D) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte do empregador, quando tomadores de serviço, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações, principalmente acerca da fiscalização do cumprimento das obrigações do contrato e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- E) A responsabilidade do Município é solidária e abrange todas as parcelas da condenação, exceto eventuais multas que são personalíssimas.

GABARITO: D

 Observada a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, acerca da tempestividade para a prática de atos processuais nos casos de feriado municipal e feriado forense, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Na hipótese de feriado forense, incumbirá à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência do feriado que autoriza a prorrogação do respectivo prazo.
- B) O feriado forense faz parte do calendário do Tribunal local, razão pela qual a autoridade fica dispensada de certificá-la nos autos.
- C) Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.
- D) Uma vez declarada a intempestividade do recurso, ainda que a parte apresente prova superveniente em sede de agravo de instrumento ou embargos de declaração, não cabe reconsideração por parte da autoridade julgante.
- E) Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal, não havendo possibilidade de concessão de prazo posterior para a comprovação da ausência de expediente forense.

GABARITO: C

 Acerca dos procedimentos ordinário e sumaríssimo no processo do trabalho marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo as partes poderão arrolar até 3 testemunhas para cada fato.
- B) Observada a legislação trabalhista em vigor, as causas a serem ajuizadas sob o procedimento sumaríssimo devem conter indicação do valor correspondente ao pedido, exigência essa que não subsiste para causas submetidas ao procedimento ordinário.
- C) As causas submetidas ao procedimento sumaríssimo não apresentam distinção em relação ao procedimento ordinário, admitindo inclusive a citação por edital.
- D) As causas que tiverem valor estipulado até 40 salários mínimos, vigente na data do ajuizamento da ação, ficarão submetidas ao procedimento sumaríssimo, salvo se no polo passivo figurar ente da administração pública direta, autárquica e fundacional.

E) Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, caso o pedido não tenha valor indicado, o feito tramitará sob o procedimento ordinário para posterior eventual liquidação de sentença.

GABARITO: D

☞ Marque a alternativa correta que indica o prazo para oposição de embargos à execução. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) O prazo será de 08 dias, tendo em vista o princípio da uniformidade dos prazos recursais.
- B) 05 (cinco dias), sendo que, em se tratando de Fazenda Pública, nos termos da aplicação subsidiária do CPC/2015, admite-se pela doutrina majoritária, o prazo será de 30 dias.
- C) Será de 30 (trinta) dias, pois equivale ao prazo de embargos de terceiro.
- D) O prazo para oposição de embargos à execução conta-se do momento da citação para a execução.
- E) O momento para questionar a conta de liquidação é após a homologação desta, não existindo oportunidade para fazê-lo tempestivamente em sede de embargos à execução, ainda que impugnada a conta especificamente no momento oportuno.

GABARITO: B

☞ Acerca do reexame necessário, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário a decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 1.000 (mil) salários mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; 500 (quinhentos) salários mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; e 100 (cem) salários mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público.
- B) Em todas as causas em que figurar a Administração Pública indireta, nos termos da legislação trabalhista em vigor e entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, haverá reexame necessário.
- C) A decisão que observa súmula do Tribunal Superior do Trabalho se sujeita obrigatoriamente ao reexame necessário.
- D) Em processos que discutem rescisão de decisão transitada em julgado em face de ente da Administração Pública direta, portanto, em sede de ação rescisória, descabe o reexame necessário em relação à sentença de primeiro grau que julgou contrário ao interesse da Fazenda Pública.
- E) As ações julgadas improcedentes em face da Fazenda Pública, em sede de primeira instância, estão sujeitas ao reexame necessário.

GABARITO: A


☞ Acerca da distribuição do ônus da prova no processo do trabalho, à luz da Consolidação das Leis do Trabalho em vigor, marque a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Caberá à empresa ré o ônus de provar a idoneidade dos seus controles de ponto biométricos juntados aos autos.
- B) Caberá ao réu o ônus da prova em relação a fatos constitutivos alegados pela parte autora.
- C) Caberá ao autor/empregado o ônus da prova em relação ao pagamento dos salários de meses pleiteados na inicial.
- D) Nos termos do entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho, caberá ao autor/empregado o ônus de provar o efetivo horário de trabalho, quando a empresa possui mais de dez empregados e não junta os controles de horário.
- E) O ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; e ao reclamado quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.

GABARITO: E


DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÕES

 Anderson, após realizar a declaração e o recolhimento do Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), percebeu que, no momento de efetuar o cálculo, utilizou alíquota maior do que a alíquota prevista na lei em vigor no ente tributante. Assim, de acordo com as previsões do Código Tributário Nacional e a legislação correspondente, Anderson tem direito à restituição do montante pago indevidamente, desde que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) haja prévio protesto.
- B) pleiteie a restituição no prazo de 02 anos, a contar da homologação do lançamento.
- C) pleiteie a restituição no prazo de 05 anos a contar da homologação do lançamento.
- D) pleiteie a restituição no prazo de 02 anos, a contar do pagamento antecipado do tributo.
- E) pleiteie a restituição no prazo de 05 anos, a contar do pagamento antecipado do tributo.

GABARITO: E

 Augusto, que é deficiente visual, deixou de efetuar o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, referente ao exercício de 2017. Ocorre que, embora seja deficiente visual, seu campo de visão é de 25° e a Lei nº 78910/08, que concede isenção do pagamento do imposto a portadores de deficiência visual, dispõe que para a concessão do benefício, a pessoa deve possuir campo visual inferior a 20°. Assim, com o intuito de eximir-se da responsabilidade pela infração referente ao não recolhimento do imposto, antes de qualquer procedimento administrativo por parte da Fazenda, Augusto confessou a infração e efetuou o depósito judicial integral do valor devido, já que pretende discutir sua cobrança, por entender ser beneficiário da isenção legal. É correto afirmar que esta situação: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) configura o instituto da denúncia espontânea, tendo em vista que seus requisitos são a confissão da infração, o pagamento integral do tributo e que a providência seja tomada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização.

- B) configura o instituto da denúncia espontânea, mas não suspende a cobrança de juros, tendo em vista a existência de ação judicial para discutir sua exigibilidade.
- C) não configura o instituto da denúncia espontânea, pois o depósito judicial, ainda que do valor integral, não equivale ao pagamento, apto a extinguir o crédito.
- D) não configura a denúncia espontânea, uma vez que não se aplica este instituto aos tributos lançados de ofício.
- E) está em desconformidade com as disposições legais, pois é requisito para a ação judicial a prévia discussão sobre a exigibilidade do crédito na esfera administrativa.

GABARITO: C

☺ O Município Alfa optou por realizar a fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), referente aos imóveis rurais situados fora de sua área urbana. Por ter realizado a fiscalização e cobrança deste tributo, 50 % de sua arrecadação referente aos imóveis nele situados foi destinada ao Município Alfa. Diante dessa situação, é correto afirmar que a situação está: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) correta, pois há previsão constitucional de que 50% da arrecadação do ITR será destinada aos Municípios.
- B) incorreta, pois o Município jamais poderia fiscalizar e cobrar imposto de competência da União.
- C) incorreta, pois neste caso a totalidade da arrecadação deve ser destinada ao Município Alfa.
- D) incorreta, pois a delegação para fiscalizar e arrecadar significa delegação de competência tributária, o que não é permitido.
- E) incorreta, pois caso o Município opte por fiscalizar e arrecadar o ITR, 75% desta arrecadação lhe será destinada, e não 50%.

GABARITO: C

☺ O Estado X, por meio do Decreto nº 789, de 1º de Janeiro de 2018, determinou que o Imposto sobre a Transmissão Causa *Mortis* e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITD) deveria ser pago por meio de apresentação na repartição de atendimento do município de localização do bem imóvel ou, quando móvel, de residência do donatário ou de onde se processar a sucessão. João insurgiu-se contra este Decreto, afirmando que o local do pagamento do imposto em caso de doação deve ser o de domicílio do doador e que apenas lei poderia dispor sobre a matéria. Neste caso, João está: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) correto, pois embora o local de pagamento do tributo possa ser disposto por meio de decreto, o ITD é uma exceção a esta regra.
- B) correto, pois o local de pagamento do tributo é matéria reservada à lei.
- C) incorreto, pois o local do pagamento em caso de doação de bem móvel será sempre o de domicílio do donatário.
- D) incorreto, pois decreto poderá dispor sobre o local de pagamento do tributo.
- E) incorreto, pois o local e prazo de pagamento, assim como as penalidades decorrentes do não pagamento, podem ser regulados por meio de decreto.

GABARITO: D

☺ Maria, pessoa civilmente capaz, decidiu viver sua vida como uma andarilha, de modo que não possui residência habitual, tampouco exerce atividade profissional habitual em endereço certo. Ao tomar essa decisão, Maria não elegeu nenhum lugar como seu domicílio tributário. Desse modo, de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) o domicílio tributário de Maria será o de qualquer de seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.
- B) o domicílio tributário de Maria será o da sede da pessoa jurídica tributante.
- C) o domicílio tributário de Maria será o lugar da situação de seus bens ou o domicílio de seus ascendentes.
- D) Maria não terá domicílio tributário necessário.
- E) o domicílio tributário de Maria será o local da situação dos seus bens ou da ocorrência do fato gerador do tributo.

GABARITO: E

☺ O Estado Alfa publicou uma lei que instituiu taxa referente ao serviço de iluminação pública. A Igreja Deus, localizada no Município Beta, que integra o Estado Alfa, recebeu notificação para o pagamento da referida taxa. Sobre essa situação, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) se a taxa tivesse sido instituída pelo Município Beta, o pagamento pela Igreja seria devido.
- B) embora a taxa seja constitucional, a Igreja é imune e, portanto, a cobrança é indevida.
- C) a taxa é inconstitucional porque o tributo deveria ter sido instituído pelo Município Beta e porque não se trata de serviço específico e divisível.
- D) a taxa é constitucional e a Igreja não é imune ao seu pagamento.
- E) o pagamento não é devido porque, além de a Igreja ser imune, a taxa deveria ter sido instituída pelo Município.

GABARITO: C

☺ Em maio de 2017, o Estado X publicou uma lei instituindo novos processos de fiscalização quanto ao pagamento de tributos e ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas. Com base nesses novos processos, o Fisco Estadual verificou débitos referentes ao não recolhimento de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações ocorridas no ano de 2015, devidos pela pessoa jurídica Z. Desse modo, em junho de 2017 foi lavrado o auto de infração referente aos valores inadimplidos. Em relação à atuação do Fisco, pode-se afirmar que foi: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) correta, tendo em vista que a lei em questão pode atingir fatos cujo fato gerador seja anterior a sua publicação.
- B) correta, tendo em vista que o lançamento rege-se sempre pela lei em vigor no momento de sua ocorrência.
- C) incorreta, tendo em vista que o lançamento deve reportar-se à data do fato gerador da obrigação e, portanto, rege-se pela lei então vigente.
- D) incorreta, tendo em vista que não foi observado o princípio da anterioridade nonagesimal para a aplicação da nova lei.
- E) incorreta, pois a instituição de processos de fiscalização e de atribuição de poderes investigativos às autoridades administrativas é de competência exclusiva da União.

GABARITO: A

☒ Foi publicada lei municipal concedendo isenção ao pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos imóveis cujos proprietários sejam ex-combatentes. João, que foi combatente na Segunda Guerra Mundial e possui imóvel no referido município, é beneficiário da lei em questão. No entanto, recebeu em sua residência cobrança a título de Contribuição de Melhoria decorrente de obra pública realizada em seu bairro, a qual resultou na valorização de seu imóvel. Por ser isento do pagamento do IPTU, João impugnou a cobrança. Sua impugnação deve ser: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) procedente, pois a isenção é extensível tanto às taxas quanto às contribuições de melhoria relacionadas ao imóvel.
- B) procedente, pois, embora a isenção não seja extensível às taxas, é extensível às contribuições de melhoria relacionadas ao imóvel, uma vez que ambos os tributos possuem o mesmo fato gerador.
- C) improcedente, tendo em vista que a Contribuição de Melhoria é tributo federal e, portanto, lei municipal não poderia conceder tal isenção, tendo em vista a vedação a isenções heterônomas.
- D) improcedente, pois a isenção apenas alcançaria as Contribuições de Melhoria se a lei expressamente assim dispusesse.
- E) improcedente, pois em nenhum caso poderia haver isenção de Contribuição de Melhoria, já que este tributo tem caráter retributivo.

GABARITO: D

Considere a seguinte situação hipotética: o Brasil se encontra na iminência de uma guerra externa e, por essa razão, a União institui Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) extraordinário de guerra, cujo fato gerador é o mesmo do imposto de competência estadual previsto no art. nº 155, II da Constituição Federal (ICMS). É correto afirmar que se trata de imposto cuja instituição é: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) inconstitucional, pois configura *bis in idem*, que tem plena vedação constitucional.
- B) inconstitucional, pois configura *bis in idem* e, apesar de não ter vedação constitucional, esbarra na restrição à criação de novos impostos com o mesmo fato gerador daqueles já existentes.
- C) constitucional, pois configura *bis in idem*, que não possui vedação constitucional.
- D) inconstitucional, pois além de configurar bitributação, que tem plena vedação constitucional, representa invasão de competência, já que o ICMS é de competência privativa dos Estados, e não da União.
- E) constitucional, pois configura bitributação que, apesar de vedada pela constituição, possui exceções quanto a impostos extraordinários de guerra.

GABARITO: E

☒ Durante o processo de recuperação judicial da pessoa jurídica ABC, foi realizada a venda de uma unidade produtiva à empresa DEF, que continuou a exploração da atividade anterior, porém sob nova razão social. Ocorre que a pessoa jurídica alienada possuía débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tendo em vista que havia deixado de recolhê-los nos últimos dois anos. Desse modo, é correto afirmar que a empresa DEF: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) responderá integralmente pelo pagamento do tributo caso a empresa ABC cesse a exploração da atividade.
- B) responderá solidariamente com a ABC, se esta última prosseguir a exploração ou iniciar uma nova atividade dentro de seis meses.
- C) responderá solidariamente com a ABC, se esta última prosseguir a exploração ou iniciar uma nova atividade dentro de três meses.
- D) não responderá pelo pagamento do tributo, em razão de a alienação haver ocorrido em processo de recuperação judicial.
- E) apenas não responderia pelo pagamento do tributo caso a alienação houvesse ocorrido em um processo de falência.

GABARITO: D

☺ Mário e José são responsáveis solidários por determinação legal ao pagamento de determinado tributo. Em setembro de 2017 foi publicada lei que isenta portadores de doenças graves do pagamento do referido tributo. Tendo em vista que Mário é portador de Esclerose Múltipla, doença classificada como grave na lei em questão, e que José não é portador de qualquer doença, pode-se afirmar, em relação ao pagamento do tributo, que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) José ficará totalmente exonerado do pagamento do tributo, tendo em vista a solidariedade com Mário, beneficiário da isenção.
- B) Por se tratar de isenção pessoal, José seguirá obrigado ao pagamento do saldo remanescente do tributo, descontada a parcela isenta que caberia a Mário.
- C) O tributo continuará devido em sua integralidade, uma vez que a solidariedade obsta a isenção em favor de Mário.
- D) José ficará obrigado a pagar a integralidade do tributo, tendo em vista a isenção em favor de Mário.
- E) A isenção concedida a Mário não é devida, tendo em vista ser inconstitucional lei que concede isenção de tributo com base em características pessoais do contribuinte.

GABARITO: B

☺ O Estado Delta publicou Lei nº 78.910/2016 que, dentre outras providências, instituiu o procedimento de lançamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD). Foi definido que o prazo para a homologação da Fazenda Estadual será de 03 (três) anos, contados a partir da declaração do contribuinte. Com base nos seus conhecimentos sobre a matéria, assinale a alternativa correta. (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) Embora o prazo *a quo* para a homologação seja a declaração do contribuinte, a lei não poderia dispor de prazo distinto ao previsto no Código Tributário Nacional, que é o de 05 anos.
- B) Embora a lei pudesse ter definido o prazo de 03 anos para a homologação, o prazo *a quo* deve ser sempre a data do fato gerador.
- C) A lei não poderia ter previsto prazo distinto ao previsto no Código Tributário Nacional, que é o de 05 anos, tampouco ter definido como prazo *a quo* a declaração do contribuinte.
- D) O prazo definido na lei estadual é o mesmo prazo previsto no Código Tributário Nacional, assim como a definição do termo *a quo*, razão pela qual não há qualquer incoerência na referida lei.

- E) A lei estadual somente poderia ter definido prazo igual ou maior àquele previsto no Código Tributário Nacional, que é o de 05 anos, tendo em vista a salvaguarda dos interesses da Administração.

GABARITO: B

☺ A alíquota da CIDE - Combustíveis na importação e comercialização no mercado interno brasileiro era de R\$ 100,00 por m³ em relação à gasolina e suas correntes. Ocorre que, em junho de 2011, por meio de decreto, a alíquota foi zerada para compensar o reajuste nos preços da gasolina e do diesel. Em janeiro de 2015, também por meio de decreto, a União instituiu a alíquota de R\$ 150,00 por m³ para a gasolina, o que permitiu um maior aporte de recursos investidos em infraestrutura de transporte. Sobre esta situação, é correto afirmar que: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) a alíquota do tributo é matéria reservada à lei, de modo que jamais poderia ser estabelecida ou reduzida por decreto.
B) a CIDE-Combustíveis é exceção ao princípio da legalidade, de modo que não há qualquer ilegalidade na situação narrada.
C) embora a redução da alíquota pudesse ter ocorrido por meio de decreto, a sua majoração dependeria de previsão legal.
D) embora decreto possa reduzir a alíquota da CIDE-Combustíveis, jamais poderia havê-la zerado, pois isso importaria na extinção do tributo, que somente pode ser feita por lei.
E) a situação apresenta ilegalidade, pois a alíquota de 150,00 por m³ para a gasolina representa violação ao princípio do não-confisco.

GABARITO: C

☺ Devido a problemas financeiros decorrentes do superendividamento, Bruno deixou de pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) referente ao exercício de 2015. Assim, instruído por um advogado, em fevereiro de 2016, antes que qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados a essa infração tivessem início, Bruno se apresentou perante a Fazenda Municipal, confessou a infração cometida e realizou pedido para o parcelamento do débito em atraso, incluindo os juros de mora. Deste modo, de acordo com seu advogado, Bruno estaria eximido da responsabilidade pelo pagamento da multa decorrente da infração que cometeu. Sobre o aconselhamento profissional recebido por Bruno, é correto afirmar que está: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) equivocado, tendo em vista que não há no Código Tributário Nacional qualquer previsão de exclusão da responsabilidade pela infração tributária cometida.
B) equivocado, pois a caracterização da denúncia espontânea exige a extinção do crédito por meio do pagamento integral.
C) equivocado, pois a exclusão da responsabilidade pelo pagamento da multa não é um efeito da denúncia espontânea.
D) correto, pois para que ocorram os efeitos da denúncia espontânea não é necessário o pagamento integral do crédito, bastando uma modalidade de suspensão de sua exigibilidade.
E) correto, pois as únicas exigências para que se verifiquem os efeitos da denúncia espontânea são que ela ocorra antes de qualquer procedimento administrativo e que inclua o pagamento dos juros de mora.

GABARITO: B

☺ A pessoa jurídica Falcão possui débitos inadimplidos referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) do ano-calendário 2016. Em outubro de 2018 o Município Creta ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica Falcão, com o intuito de cobrar o referido crédito. Como pedido de sua petição inicial, consta que, tão logo ocorra a citação do executado, o juiz determine a indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte. Esse pedido deverá ser: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) deferido, pois esta é uma das medidas previstas no Código Tributário Nacional para que a Fazenda satisfaça o seu crédito.
- B) indeferido, pois esta medida somente pode ser determinada após o prazo de 05 dias para manifestação ou pagamento voluntário pelo executado.
- C) indeferido, pois a indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte é medida impossível de ser adotada na execução fiscal.
- D) indeferido, pois a indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte somente pode ser determinada após o pedido de constrição sobre seus ativos financeiros, sendo desnecessária, porém, a adoção de qualquer outra medida.
- E) indeferido, pois a indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte somente pode ser determinada após o esgotamento de todos os meios possíveis de busca por bens penhoráveis.

GABARITO: E

☺ A empresa AEIOU entregou ao Fisco estadual declaração referente a débitos de Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD). Entretanto, não obstante a entrega da declaração, a empresa não efetuou o pagamento do tributo devido. Tendo em vista essa situação, é correto afirmar que o (a): (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) crédito já se encontra definitivamente constituído, de modo que não há que falar em prazo decadencial para o seu lançamento.
- B) Fazenda deverá enviar ao contribuinte Auto de Infração, efetuando o lançamento do tributo.
- C) Fazenda deverá enviar simples notificação ao contribuinte, abrindo-lhe um prazo para pagamento.
- D) entrega da declaração, ainda que não acompanhada do pagamento, equivale ao instituto da denúncia espontânea, razão pela qual a Fazenda poderá inscrever o débito na Dívida Ativa sem o acréscimo da multa decorrente da infração.
- E) Fazenda terá 05 anos para constituir o crédito, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

GABARITO: A

☺ O Fisco Municipal identificou, em maio de 2012, a ausência de declaração e recolhimento de valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devidos pela pessoa jurídica X, relativos a fatos gerados ocorridos no exercício de 2011. Em junho de 2017, lavrou auto de infração para cobrança dos valores inadimplidos. A pessoa jurídica X não apresentou impugnação ao auto de infração, tampouco pagou os valores inadimplidos. O crédito da Fazenda Municipal, neste caso: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) pode ser cobrado, por meio de ação de execução fiscal no prazo de 05 anos a contar da constituição definitiva do crédito.
- B) fora extinto, em razão do decurso do prazo prescricional de 05 anos.
- C) fora extinto, em razão do decurso do prazo decadencial de 05 anos, que teve como termo *a quo* o primeiro dia do ano de 2012.
- D) fora extinto, em razão do decurso do prazo decadencial de 05 anos, que teve como termo *a quo* a ocorrência do fato gerador.
- E) pode ser objeto de protesto judicial, caso em que será interrompido o prazo prescricional.

GABARITO: C

☺ Antônio e José celebraram entre si contrato de locação, no qual Antônio é o locador e proprietário do imóvel e José o locatário. No referido contrato, as partes estipularam que o responsável pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) seria José, o locatário. Tendo em vista a presente situação, pode-se afirmar que o contrato: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) terá validade, mas somente será oponível ao Fisco mediante registro na Secretaria da Fazenda Municipal, com a finalidade de conferir veracidade e publicidade ao conteúdo do contrato.
- B) terá validade entre as partes, mas não será oponível ao Fisco, tendo em vista que as partes não podem modificar o sujeito passivo da obrigação tributária, apenas a lei.
- C) terá validade e será oponível ao Fisco, tendo em vista que o sujeito ativo da obrigação tributária previsto em lei é o locatário, de modo que o contrato está de acordo com a previsão legal.
- D) terá validade, pois embora a lei disponha ser o locador o sujeito passivo da obrigação tributária, convenção das partes pode determinar um responsável para substituí-lo.
- E) será inválido, de modo que o locatário não poderá realizar o recolhimento do tributo.

GABARITO: B

☺ Mariana, proprietária de um imóvel localizado no Município Beta, é oftalmologista e foi aprovada para realizar um curso na Itália no ano de 2018, cuja duração é de 12 (doze) meses. Ocorre que, juntamente ao carnê para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Mariana recebeu o boleto para pagamento da Taxa de Coleta de Lixo. No entanto, como estaria durante todo o ano fora do Brasil e, portanto, não produziria qualquer lixo em seu apartamento, Mariana consultou um advogado para saber se a cobrança seria devida. Como advogado, o correto aconselhamento é no sentido de que a cobrança é: (CONCURSO VALENÇA PROCURADORIA - 2018)

- A) devida, pois o serviço público está sendo potencialmente colocado à sua disposição.
- B) devida, pois Mariana não havia informado previamente ao Fisco Municipal sobre sua ausência do país durante o ano.
- C) indevida, pois o Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela inconstitucionalidade da Taxa de Lixo, tendo em vista possuir a mesma base de cálculo do IPTU.
- D) indevida, pois a taxa é um tributo retributivo, que deve ser pago em contrapartida a um serviço público prestado.
- E) indevida, pois o Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela inconstitucionalidade da Taxa de Lixo, tendo em vista não se tratar de serviço público específico e divisível.

GABARITO: A
